

A Revista HISTEDBR On-line publica artigos resultantes de estudos e pesquisas científicas que abordam a educação como fenômeno social em sua vinculação com a reflexão histórica

Correspondência ao Autor

Nome: Ormano Queiroz de Sousa
E-mail: ormanosousa@gmail.com
Instituição: Secretaria Executiva de Educação do Pará, Brasil

Submetido: 07/02/2022

Aprovado: 14/05/2022

Publicado: 18/09/2023

 10.20396/rho.v23i00.8668349

e-Location: e023019

ISSN: 1676-2584

Como citar ABNT (NBR 6023):
SOUSA, O. Q. de; COLARES, A. A. A instrução pública nas páginas do jornal católico O Mariano (1935-1956): contextualizando as propostas educacionais. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, SP, v. 23, p. 1-25, 2023. DOI: 10.20396/rho.v23i00.8668349. Disponível em:

<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8668349>. Acesso em: 18 set. 2023.

Distribuído Sobre



Checkagem Antiplágio



A INSTRUÇÃO PÚBLICA NAS PÁGINAS DO JORNAL CATÓLICO O MARIANO (1935-1956): CONTEXTUALIZANDO AS PROPOSTAS EDUCACIONAIS

  **Ormano Queiroz de Sousa***
Secretaria Executiva de Educação do Pará

  **Anselmo Alencar Colares****
Universidade Federal do Oeste do Pará

RESUMO

O presente artigo faz uma abordagem acerca da instrução pública registrada em Santarém, Pará, no período de 1935 a 1956, recorte temporal relativo à existência do jornal católico O Mariano, periódico que teve relevância pelo contexto histórico registrado em suas páginas, balizado na ideologia católica, nas quais transpareciam informações de áreas variadas norteando o doutrinamento religioso. Entrelaçam-se as informações com o contexto político do Estado Novo de Getúlio Vargas, buscando a percepção da relação Estado e Igreja. Em meio às notícias veiculava também informações da instrução escolar, o que determinou a pesquisa realizada nesse veículo de comunicação da Congregação Mariana dos Moços de Santarém, grupo de religiosos leigos, posteriormente sendo transformado em órgão oficial da então Prelazia de Santarém, hoje arquidiocese. No norteamento do estudo, adotou-se como percurso metodológico a pesquisa bibliográfica e documental, e para sua análise histórico-crítica levantaram-se problematizações que deram suporte para as linhas norteadoras dando a possibilidade de delinear a substância da análise acerca da compreensão da instrução e sua prática em Santarém naquele período. Investigou-se a relação da instrução educacional com as possíveis concepções dadas pela imprensa católica santarena na primeira metade e no primeiro decênio da segunda metade do século XX. Constatou-se interesses implícitos veiculados nas notícias caracterizando a proposta educacional católica e suas interfaces com orientações oficiais do Estado brasileiro naquele período.

PALAVRAS-CHAVE: Instrução escolar. Instrução em Santarém. Concepções educacionais de católicos leigos liberais.

PUBLIC INSTRUCTION ON THE PAGES OF THE CATHOLIC NEWSPAPER *O MARIANO* (1935-1956): CONTEXTUALIZING EDUCATIONAL PROPOSALS

Abstract

This article discusses public instruction recorded in Santarém, Pará, from 1935 to 1956, a time frame related to the existence of the Catholic newspaper *O Mariano*, a periodical that was relevant due to the historical context recorded in its pages, based on the Catholic ideology, in which information from various areas appeared, guiding religious indoctrination. The information is intertwined with the political context of Getúlio Vargas' New State, seeking a perception of the State-Church relationship. Amidst the news, it also conveyed information on school education, which determined the research carried out in this communication vehicle of the Marian of the Young's Congregation of Santarém, a group of lay religious, later being transformed into the official organ of the then Prelature of Santarém, today an archdiocese. In guiding the study, bibliographic and documental research was adopted as a methodological approach and for its historical-critical analysis, problematizations were raised that gave support to the guides, giving the possibility to outline the substance of the analysis regarding the understanding of instruction and its practice in Santarém at that time. The relationship of educational instruction with the possible conceptions given by the Catholic Santarém press in the first half and first decade of the second half of the 20th century was investigated. Implied interests conveyed in the news were found, characterizing the Catholic educational proposal and its interfaces with official guidelines of the Brazilian State in that period.

Keywords: School instruction. Instruction in Santarém. Educational Conceptions of Liberal Lay Catholics.

INSTRUCCIÓN PÚBLICA EN LAS PÁGINAS DEL PERIÓDICO CATÓLICO *O MARIANO* (1935-1956): CONTEXTUALIZACIÓN DE PROPUESTAS EDUCATIVAS

Resumen

En este artículo se analiza la instrucción pública registrada en Santarém, Pará, de 1935 a 1956, un marco temporal relacionado con la existencia del diario católico *O Mariano*, un periódico que fue relevante por el contexto histórico registrado en sus páginas, basado en la ideología católica, en el que se reveló información de diversas áreas, orientando el adoctrinamiento religioso. La información se entrelaza con el contexto político del Estado Nuevo de Getúlio Vargas, buscando una percepción de la relación Estado-Iglesia. En medio de la noticia, también transmitió información sobre la educación escolar, lo que determinó la investigación realizada en este vehículo de comunicación de la Congregación Mariana de los Moços de Santarém, grupo de religiosos laicos, que luego se transformó en el órgano oficial de la entonces Prelatura de Santarém, hoy arquidiócesis. En la orientación del estudio se adoptó la investigación bibliográfica y documental como abordaje metodológico y para su análisis histórico-crítico se plantearon problematizaciones que sustentaron la orientación, dando la posibilidad de esbozar la sustancia del análisis sobre la comprensión de la instrucción y su práctica en Santarém en ese momento. Se investigó la relación de la instrucción educativa con las posibles concepciones dadas por la prensa católica santarena en la primera mitad y primera década de la segunda mitad del siglo XX. Se encontraron intereses implícitos transmitidos en la noticia, que caracterizan la propuesta educativa católica y sus interfaces con los lineamientos oficiales del Estado brasileño en ese período.

Palabras clave: Instrucción escolar. Instrucción en Santarém. Concepciones educativas de los católicos laicos liberales.

INTRODUÇÃO

Este artigo¹ aborda a instrução registrada em Santarém, Pará, no período de 1935 a 1956, relativo à existência do jornal católico *O Mariano*, periódico longevo que atravessou três administrações episcopais na Prelazia de Santarém, tornando-se o órgão oficial da igreja local. Investigou-se a relação da instrução educacional com as possíveis concepções dadas pela imprensa católica santarena nesse período do século XX. O jornal, fundado pelo franciscano alemão Frei Ambrósio Phillipsenburg, teve 297 edições, compondo-se de quatro páginas, tamanho tabloide, de 24cm x 32cm, aproximadamente, diagramado em duas ou três colunas, impresso em uma imprensa adquirida na Alemanha pelo bispo local, Dom Amando Bahlmann, em viagem à terra natal, que imprimia também outros jornais da época, inclusive um semanário denominado “Santarém”, cuja circulação foi suspensa pela imposição do bispo impedindo sua impressão, por razões políticas. Algumas edições especiais saíram com seis páginas. O conteúdo pautava-se em matérias de teor religioso formativo e informativo. Deixava transparecer claramente uma linha ideológica anticomunista, pois o comunismo era visto como o inimigo da religião.

No primeiro ano o jornal contava com oito comerciais, tomando toda uma página, para assegurar o suporte financeiro com o pagamento da impressão feita na oficina gráfica do Colégio Santa Clara. Depois a publicidade foi rareando, mas com pequenos anúncios de leitores, possivelmente pagos. Os anunciantes eram as lojas do comércio local, cujos proprietários comumente eram membros da Congregação Mariana dos Moços. O jornal também contava com assinaturas dos marianos. A assinatura era de 200 réis e cada congregado era condicionado à assinatura para que pudessem acompanhar as informações da congregação, além de uma mensalidade no custo de 500 réis, que, em valores atualizados, seria o correspondente a algo em torno de 18 reais a assinatura mensal e 80 reais a mensalidade. Na década de 1950, com a mudança de moeda, cada exemplar custava 30 centavos de cruzeiro.

No início, o jornal tinha circulação restrita a Santarém com apenas um núcleo da congregação. Depois, os núcleos aumentaram e se tornou “Órgão Oficial da Federação Mariana da Prelazia de Santarém”. Sendo distribuído entre os municípios circunvizinhos a Santarém. Dada a sua relevância, tornou-se o veículo oficial da Prelazia, tornando-se bimensal. A redação era composta basicamente de homens – os marianos –, mas, havia algumas exceções de redações femininas da mesma congregação – as Filhas de Maria, que reunia apenas mulheres, dentre estas uma que foi alçada à Prefeitura de Santarém: Violeta Moreira Sirotheau.

Não havia registro de tiragem, mas, em 1951 registrou uma edição de 6 mil exemplares, distribuídos entre Santarém e mais cinco municípios da região, e em outras cinco vilas e lugarejos assistidos pelos marianos. Em 1953 a tiragem subiu para 7 mil exemplares.

Para assegurar a originalidade dos textos do jornal, as citações aqui apresentadas estão *ipsis literis*, de acordo com o registro da época.

As notícias sobre a educação e a instrução formal nas escolas vinham comumente em pequenas doses, ou seja, pequenos textos em notas, notícias, fatos, convites e comunicados. Em algumas ocasiões o tema teve maior espaço. Os textos maiores eram comumente artigos. A época da veiculação do jornal, pouco mais de duas décadas, foi marcada por venturosos investimentos estruturais na educação pela Igreja Católica. Por outro lado, houve pouco investimento público no setor. A Igreja Católica construiu e manteve três escolas nessa época: Colégio Santa Clara, Colégio São Francisco e Ginásio Dom Amando.

As informações cruzadas de *O Mariano* com outras fontes locais, como o Livro do Centenário (2003), da Diocese de Santarém, apontaram também a existência de escolas pequenas de iniciativa particular com caráter público, quase um voluntariado, pois atendiam ao segmento pobre. Sem apoio, sucumbiram em pouco tempo. Os franciscanos – primeiro, alemães, posteriormente religiosos da América do Norte – desempenharam papel decisivo na educação santarena. No período de *O Mariano* já havia escolas, como o Colégio Santa Clara e o Colégio São Francisco – católicos –, o Grupo Escolar de Santarém – depois, Escola Estadual Frei Ambrósio, educandário secular – e umas poucas escolas particulares, com pequenas estruturas, às vezes restritas a uma sala de aula. Também se destacou no período a Escola Barão do Rio Branco.

Em 1949, por ocasião da prestação de contas de uma campanha em favor da formação de seminaristas envolvendo educandários, o jornal católico deixou transparecer a existência de diversas escolas, assim como cursos de iniciativa privada, e nome de várias professoras atuantes àquela época. Registra também o Orfanato São José, no planalto santareno, às margens da rodovia BR-163², distando 19 Km de Santarém, mantido pela mesma congregação do Colégio Santa Clara, as Irmãs Missionárias da Imaculada Conceição. O orfanato foi fundado em 10 de outubro de 1919 e iniciou com o atendimento de 78 crianças da região. Em 1947, eram 80 órfãs naquele orfanato (Dolores, 1947, p. 3).

O texto está estruturado com tópicos sobre **As escolas santarenas e a prática instrucional**, com um quadro das primeiras escolas públicas santarenas e as escolas religiosas sob a influência da Igreja Católica; **Guerra santa em nome da educação**, o embate que surgiu entre católicos e protestantes com a instalação de um colégio da Igreja Batista; **Escola técnica: trabalho de dia e estudo à noite**, em que o jornal transparece o esforço de operários no estudo noturno em uma escola técnica sob a manutenção da classe patronal; e, **Corpo e sexualidade na instrução escolar** é tema discorrido por artigos e que endossamos com documentos da Igreja mostrando a visão restritiva dessa orientação. Nas considerações finais analisamos a relação da instrução pública com Igreja e o Estado Novo de Getúlio Vargas.

AS ESCOLAS SANTARENAS E A PRÁTICA INSTRUCIONAL

A historiografia das escolas santarenas é retomada a partir da elevação de Santarém à categoria de cidade, em 24 de outubro de 1848, para se perceber fragmentos da história da educação. Na época, com uma população de quase 7 mil habitantes³, o clamor por escola era latente. Em 1856, o presidente da Província do Grão-Pará sancionou a Lei nº 288, autorizando a instalação de escola em regime de internato ou um colégio de educação especificamente para meninos, na capital, em Santarém e em Cametá (Fonseca, 1995). No entanto, a escola de Santarém só viria a ser instalada em 1869, por empenho da igreja local, tendo à frente o vigário Antônio Feliciano de Souza, recebendo o nome de **Colégio Nossa Senhora da Conceição**. Portanto, a primeira escola já nasceu em pia batismal católica e dirigida pelo próprio padre, época do padroado, regime pelo qual o Estado mantinha em folha de pagamento os sacerdotes. Em 1875, Santarém já contabilizava oito educandários: um colégio de instrução primária e secundária para meninos mantida com subsídios do governo provincial; cinco escolas masculinas (um do município, três da província e uma particular); e duas escolas femininas, mantidas pela província.

O **Grupo Escolar** surgiu em 3 de maio de 1900, quando o município tinha uma população de mais de 16 mil habitantes, segundo Fonseca (2006, v. 1). O Grupo Escolar veio a preencher a lacuna deixada pelo Lyceu Santareno, na instrução de nível secundário. Havia três escolas para meninos e duas para meninas e uma mista. Abriu com 192 alunos matriculados. Mista, foi a primeira escola desse nível no interior e a segunda no estado. Instalou-se em um sobradão na rua do Comércio, de propriedade do Barão de Santarém⁴.

A escola mista não era bem vista pelo catolicismo nesse período. Por isso, as escolas católicas eram específicas para homens e para mulheres, distintamente. Um documento do Vaticano recente à época versava sobre o tema. O Papa Pio XI, na encíclica *Divini illius magistri*, explorando o tema da educação da juventude, no capítulo que trata sobre o “Ambiente da educação”, discorre que:

E não pode admitir-se para os católicos a escola mista (pior se única e obrigatória para todos), na qual, dando-se-lhes em separado a instrução religiosa, eles recebem o resto do ensino em comum com os alunos não católicos de professores acatólicos. Pois que uma escola não se torna conforme aos direitos da Igreja e da família cristã e digna da frequência dos alunos católicos, pelo simples fato de que nela se ministra a instrução religiosa, e muitas vezes com bastante parcimônia (Pio XI, 1929, p. 20).

Anos mais tarde, sofrendo as consequências da falta de apoio do governo estadual, o Grupo Escolar passou por um processo de declínio. Nem os professores estavam recebendo remuneração. Este fato, somado a outros não expressos, motivou a infrequência dos alunos. A escola baixou de nível em 1921, caindo para definição de escolas agremiadas. Mas, em 1925, já em novo prédio, hoje instalado o Colégio Rodrigues dos Santos, resgatou o *status* de Grupo Escolar. Mais tarde foi denominado de **Grupo Escolar Frei Ambrósio**, pelo

governador José Malcher, por pleitos do prefeito Bernardo Borges Pires Leal, endossando proposta de lideranças locais em reconhecimento ao empenho do religioso saudosos em favor da juventude e da instrução santarena.

Mas, em 1943, sete anos após a denominação de Grupo Escolar Frei Ambrósio, o coronel Joaquim de Magalhães Barata, assumindo pela segunda vez o governo intendente do Pará, determinou a exclusão do nome “Frei Ambrósio” retornando a Grupo Escolar de Santarém. A medida foi meramente política, porque Frei Ambrósio, em vida no período do primeiro governo de Magalhães Barata, não admitindo determinados atos do governo, contrapôs-se a ele. Vê-se aqui que, em raro registro, a Igreja teve embate com o governo. Ex-alunos ligados ao franciscano – que se calaram quando da ação de Magalhães Barata – levantaram a bandeira de retomar a causa do nome do grupo escolar, embalados pelo evento do sepultamento dos restos mortais do religioso, 15 anos após sua morte ocorrida na missão Cururu, no alto Tapajós, exumado e trasladado para Santarém.

Passavam-se oito anos da determinação de Magalhães Barata quando o novo movimento retomou a causa, tendo à frente um mariano de alta patente, Osman Bentes de Souza, um dos primeiros redatores do jornal, já na condição de vereador, apoiado pelo então prefeito, Santino Sirotheau Corrêa. A empreitada teve resultado e, em 14 de abril de 1951, no governo estadual de Marechal Zacarias de Assunção, a escola voltou a ter o nome de **Grupo Escolar Frei Ambrósio**. O jornal *O Mariano*, agora como órgão oficial da Prelazia, fez o registro em uma nota de três parágrafos, sem grande destaque, na edição de 29 de abril de 1951: “Com sentimentos de gratidão foi recebida pelo povo de Santarém a notícia dum decreto publicado pelo Exmo. Sr. Governador do Estado, General Assunção, mudando o nome do Grupo Escolar de Santarém para Grupo Escolar ‘Frei Ambrósio’” (Grupo [...], 1951a, p. 4). Na edição seguinte, de 13 de maio, o assunto voltou a ser informado, também de forma tímida no final da página 2 – nos jornais, as páginas pares são as de menor relevância:

Viveu o grupo escolar desta cidade, no dia 3 do corrente, um de seus grandes dias. É que festejava não só seu aniversário de fundação como também passaria a ser denominado oficialmente, dali por diante, “GRUPO ESCOLAR FREI AMBRÓSIO” segundo determinação governamental, em homenagem ao grande franciscano cuja vida marcou época em todo o baixo Amazonas (Grupo [...], 1951b, p. 2).

Essa escola teve papel relevante na historiografia da instrução em Santarém pela formação de permanentes e contínuas turmas ao longo de sua história, mantendo-se em atividades até a atualidade. Há um saudosismo da prática instrucional passada.

Isso é narrado por uma professora, em lembrança décadas depois. Antonieta Dolores Teixeira escreve em forma de carta, a “Carta aberta”, para Wilmar Dias da Fonseca, trazendo à memória Olímpia, uma professora que atuou nos primórdios da escola. Mais que saudosismo, o texto revela uma questão política intervindo na escola. A inspiração de

Antonieta Dolores veio de artigo de Wilmar Fonseca, ao recordar a campa do antigo grupo escolar, no qual teria citado a professora Olímpia, publicado em edição anterior:

[...] Zélia Braga, a continuadora da obra grandiosa de Joaquina Caldeira e finalmente Olímpia Lima, dedicada sacerdotisa da instituição que durante longos anos, dirigiu o Grupo Escolar, sendo depois por maldade, demitida daquele cargo. Uma vez demitida, resolveu prof. Olímpia retornar a Belém e antes de sua partida, os alunos do Grupo Escolar “Frei Ambrósio” prestaram-lhe carinhosa manifestação[...]: [...]. Não o fizestes por mal, não o fizestes no propósito de ser rigorosa demais e, tão somente no cumprimento de um dever, que era o de zelar pelo nome de um estabelecimento tido em Belém, como estabelecimento de ensino modelar. [...] . Ao deixardes a direção daquela casa, sabemos que tendes um consolo: – o de verificar que mocidade que aqui está, ainda não está contaminada pelo germen da ingratidão! Ah, se a nossa voz pudesse ir alem... se pudessemos protestar contra as injustiças dos prepotentes!... Sabeis perfeitamente que a terra não tem culpa desse estado de coisas que chegou pela instrução. Assim querida professora Olímpia, quando em outro lugar recordades a terra que vos acolheu durante 16 longos anos, esta terra que já é vossa pelo coração porque guarda em seu seio um pedaço da vossa alma, que é vossa filhinha que está no céu sorrindo com os anjos, recordai também querida professora, que estas crianças que neste momento contemplam o vosso semblante, muitos inconscientes do mal que vos fizeram, acompanham os vossos passos, fazendo votos que em outras plagas, a felicidade vos acompanhe e a querida professora exalte sempre o nome de Santarém. [...] Janeiro 1950 (Dolores, 1950, p. 3).

A ingerência política na gestão escolar transparece nestas linhas. É evidente que não havia ainda instrumentos legais para assegurar processo democrático da escolha de direções. E o governo estadonovista imprimia um sistema de dominação política em todas as esferas, por medidas governamentais ou pela ideologia implantada e difundida por uma campanha intensa de massificação pela propaganda impressa e pelo rádio, agindo também na esfera da educação com indicação de diretores e de professores. É desconhecido o motivo da troca da professora que já estava havia 16 anos na atividade instrucional, mas, pelas mudanças constantes de governantes no estado e no município, infere-se terem sido questões políticas.

Na linha histórica da educação em Santarém, por empenho do segundo bispo da Prelazia, Dom Amando Bahlmann – o primeiro da linha franciscana –, foi criado o **Colégio Santa Clara**, com fins de uma instrução especificamente para meninas. O bispo alemão empenhou-se em conseguir religiosas para o trabalho de apostolado, e, em 1910, conseguiu quatro religiosas da congregação das Irmãs Concepcionistas da Ajuda, no Rio de Janeiro. E, da Alemanha, trouxe a professora, Elizabeth Tombrok, que ingressou na vida religiosa e assumiu a identidade de Imaculada. Tornou-se a madre Imaculada, a superiora das Irmãs da Imaculada Conceição, congregação nascida em Santarém por iniciativa desse bispo.

O colégio abriu o curso normal em 1934, e, em 1939, teve reconhecimento oficial, fato narrado pelo jornal *O Mariano*. O curso dava a possibilidade de formar professores na própria cidade, e contou com empenho do juiz Climério Machado de Mendonça.

A importante instituição de ensino vem solucionar o grave problema com que lutava a administração de prover com professores normalistas os Grupos Escolares do interior, formando professores do proprio local onde vão exercer a sua nobre missão, o que evitará a instabilidade de preceptores residentes na Capital do Estado. Hoje todos os municípios do baixo Amazonas, com pouco dispendio, poderão encaminhar os seus filhos para a Escola Normal de Santarém, que funciona no amplo e igienico predio do Colegio “Santa Clara”, nesta cidade, com acomodações para receber internas e servido por um corpo docente especializado no ensino das cadeiras do curso. O Dr. Climerio Mendonça, Juiz de Direito da Comarca, que teve a iniciativa da idéa da criação de uma escola normal nesta cidade, recebeu do Dr. Deodoro Mendonça, ilustre Secretario Geral do Estado, o telegrama que nos apressamos em transmitir aos habitantes desta região, que anciosos esperavam a fundação de importante instituição do ensino. [...] (Escola Normal de Santarém, 1939, p. 2).

O jornal registra que, além do Climerio Mendonça, então juiz da comarca de Santarém, também houve empenho do prefeito municipal, Edgar de Sousa Franco, e do bispo da Prelazia, D. Amando Bahlmann, uma força tarefa junto às esferas governamentais reunindo membros da Igreja, do Executivo e do Judiciário, característica peculiar de como estas esferas andavam de mãos dadas. O avanço na educação santarena, portanto, foi resultado de um empenho político e eclesiástico e canalizou o curso normal não para uma escola pública, mas para uma escola particular, uma escola doutrinal católica. O Colégio Santa Clara reunia as condições satisfatórias, dispunha de espaço e estrutura. De outro lado, a escola pública não tinha os mesmos olhares dos governantes, portanto, não poderia concorrer em pé de igualdade pelas condições estruturais e por falta de condições para a manutenção de professores. O empenho dessa tríplice aliança – Igreja-Executivo-Judiciário – não se dava em favor da instrução pública, mas voltada para o particular e doutrinal.

As irmãs fundaram outra escola em Monte Alegre. Em Óbidos, foram convidadas a administrar uma escola fundada pelos franciscanos. Ambas as cidades são vizinhas a Santarém. Na edição de março de 1953 a imprensa católica registrou que a Escola São José (Óbidos) era destaque na formação de professoras para a instrução do ensino primário (O Educandário [...], 1953, p. 4). Na grade curricular constavam, além do conteúdo das áreas do conhecimento científico, outras atividades que outrora se chamaria extracurricular. Na época, eram cursos que se ministravam especificamente com determinadas atividades práticas. No caso da escola feminina, haveria no conteúdo programático a Educação para o lar, preparando as meninas para o domínio de habilidades em atividades domésticas.



Fotografia 1 – Escola São José, Óbidos, Pará, década de 1940. Foi fundada pelos franciscanos e assumida pelas irmãs da Imaculada Conceição. Momento de recreação das alunas. Educandário com nome de santo, mas aberta apenas para meninas, um princípio do catolicismo de formação segregada.

Fonte: Reprod. dig.: Ormano Queiroz de Sousa (1940).

O sistema educacional atribuía responsabilidade à escola a oportunidade de aprendizagem de atividades das artes voltadas para o lar. Isso reforçava a concepção da Igreja Católica que via a escola como “[...] subsidiária e complementar da família e da Igreja [...]” (Pio XI, 1929, p. 20), e que por isso deveria proporcionar uma formação integral, uma extensão do lar, com uma educação cristã, pois esta “[...] abraça toda a extensão da vida humana, sensível, espiritual, intelectual e moral, individual, **doméstica** e social, não para diminuí-la de qualquer maneira, mas para a elevar, regular e aperfeiçoar segundo os exemplos e doutrina de Cristo” (Pio XI, 1929, p. 24, grifo nosso). Muito propícia, então, para atividades que tornassem as meninas “prendadas”.

A congregação feminina Pia Filhas de Maria também ofertava curso de corte e costura. Um anúncio de início do curso afirmava que “Saber costurar e bordar é necessário para um feliz futuro duma senhora” (Aula [...], 1953, p. 4). A doutrina católica, portanto, impulsionava a formação cultural das mulheres voltadas para a vida dentro do lar.

Dezessete anos após a instalação oficial do curso normal, a equiparação pelo estado, em 1939, o **Colégio Santa Clara** obteve autorização do curso de pedagogia, com o curso

normal, 2º ciclo, pelo Decreto n. 929, de 10 de dezembro de 1951, do governo do Estado. Professoras formadas pelo curso normal se destacaram na história da instrução santarena nessa época. São lembradas por escolas que receberam seus nomes: Sofia Imbiriba, Hilda Mota e Maria de Lourdes Almeida, todas públicas em funcionamento na atualidade.

Colégio Barão do Rio Branco, instalado em 17 de fevereiro de 1913, foi uma escola que se destacou na história educacional santarena por abrir portas para crianças carentes, mas passou por fases de muitas dificuldades. Surgiu por iniciativa dos professores Antônio Batista Belo de Carvalho e José da Silva Nunes. O jornal *O Comércio* registrou em sua edição de 08.11.1913 que nessa escola se realizavam “[...] brilhantes festas comemorativas do encerramento do ano letivo” (Fonseca, 2006, p. 404). Houve suspensão das atividades dessa escola e só voltou a funcionar em 1937. Sobreviveu a duras penas, funcionando no centro da cidade. Sem apoio para sua manutenção, o colégio não teve vida longa. Belo de Carvalho, porém, manteve a firme determinação de investir na instrução e reabriu a escola em 5 de fevereiro de 1937, exercendo funções polivalentes para o funcionamento do educandário – dirigia e era professor –, oferecendo cursos primário e ginásial.

Entusiasta da instrução pública, professor Carvalho alimentava o desejo de ver sua escola equiparada ao ensino público oficial – reconhecimento e oficialização ao nível das escolas da capital. Para endossar o pleito e demonstrar que teria capacidade de se tornar uma escola de reconhecimento oficial, formou no ano de sua reabertura, em 1937, uma turma do ginásial, estampando nomes que seriam referência na vida pública de Santarém. *O Mariano* destacou os resultados do ano letivo dessa escola. A edição de 28 de novembro de 1937 retrata a programação a ser cumprida como solenidade de encerramento do ano letivo:

[...] Além de uma sessão magna, a que assistirão as principaes auctoridades locaes e pessôas gradas da urbs, será exhibida uma parte teatral de que constarão comedias, monologos e recitativos. Por essa ocasião serão lidas as medias finaes dos alumnos da primeira serie gymnasial, com acesso para a segunda serie [...] (Collegio “Barão do Rio Branco”, 1937, p. 4).

Eram 15 os alunos concluintes e, dentre estes, estava Reinaldo Teixeira Fernandes, mariano que assinou artigos como Arigofe Tabarana, membro da diretoria da Congregação Mariana e que se tornou juiz do trabalho em Santarém até meados dos anos de 1990.

O empenho de Belo de Carvalho não foi suficiente para suportar o peso da escola; as dificuldades se avolumavam a cada mês. Faleceu e não viu seu sonho de equiparação de sua escola ao ensino oficial. Os professores encamparam a ideia do mentor e anunciaram que renunciavam aos salários, mas, nem assim, já na direção de seu genro, Felisbelo Jaguar Sussuarana, a escola não conseguiu soerguer-se e fechou em definitivo em 1938, ano em que o Conselho Escolar do Estado do Pará anunciava a equiparação do curso primário do colégio.

Colégio São Francisco, instalado em 21 de janeiro de 1918, foi fundado pelo frade franciscano alemão Frei Ambrósio Philipsenburg, fundador do jornal *O Mariano*, que, logo ao chegar às terras santarenas, em 17 de agosto de 1917, percebeu a lacuna existente na

instrução. Com apenas dois meses de sua chegada, fundou uma congregação masculina para meninos de até 15 anos, a Associação São Luís de Gonzaga e, já no começo do ano seguinte, pôs em funcionamento o Colégio São Francisco, favorecendo a alfabetização de meninos pobres, funcionando inicialmente no térreo do convento São Francisco. Couto destaca a ação dos franciscanos no campo da educação em Santarém no período de 1907 a 1962, e confirma que o crescimento da escola foi vertiginoso: instrução à massa pobre e analfabeta da época: “A Escola São Francisco de Santarém [...] inicia com 30 alunos carentes e em pouco tempo já eram mais de 150 alunos” (Couto, 2019, p. 33).

Interligados à instrução, criou grupos relacionados à musicalidade e à arte cênica. Foi somente 40 anos após sua fundação que a escola teria o início de seu prédio próprio, sob iniciativa de outro frade educador, Frei Othmar Rollman⁵. No entanto, sendo transferido para Monte Alegre, não pode concluir sua empreitada, pois falecera naquela cidade. As obras foram concluídas por Frei Vianney Muller, da leva de frades americanos que sucederam os alemães, ao assumir como vigário da Catedral, em 1960.

Quinze anos após a morte de Frei Ambrósio, o jornal católico em sua edição de 15 de abril de 1951 destacou novamente a figura de seu fundador com o título “O grande pedagogo”, em texto de Wilmar Fonseca. Com o falecimento do frade, o Colégio São Francisco também sofreu um abalo em seu funcionamento, padres e religiosas que ministravam as aulas foram dando espaço para professoras leigas⁶. As mulheres só ganharam mais evidência a partir da formação no Colégio Santa Clara, e também espaço na Escola São Francisco. Passaram a ocupar cadeiras que eram dos padres, mas estes cuidavam da disciplina dos alunos, e ministravam a catequese. Naquele 1948, a escola abrigava 150 crianças e contava com a colaboração de “professoras competentes”:

[...] É verdade que depois da morte prematura de Frei Ambrosio ainda ensinaram uns padres as primeiras letras, porem a grande falta de sacerdotes obrigou-nos a escolher **umas professoras competentes** para ensinar aos meninos. Nunca, porem se perdeu o contato entre os padres e os meninos: as aulas de catecismo estão sendo pontualmente administradas e os padres continuam vigiando o comportamento dos alunos. Desta forma ainda hoje mais de 150 crianças frequentam nossa Escola, de forma que foi mister colocar mais uma professora, lecionando agora 3 competentes educadoras no “Colegio S. Francisco”. De boa vontade aceitamos ainda mais alunos, principalmente os pobres, porque o **ensino é absolutamente gratuito**. Um novo pequeno campo de football dá aos alunos ocasião de brincar nas pausas e pelas tardes, pois após de tantas horas de estudo é necessario que as crianças ponham em movimento os pés entorpecidos: Este campo é uma vantagem que nenhuma escola de Santarem pode oferecer aos alunos, a não ser o “Ginásio D. Amando” (Colegio S. Francisco, 1948, p. 3, grifo nosso).

É possível que não tenha havido intenção, mas deixa transparecer que, em comparação aos homens há preconceito ao usar a expressão “umas professoras”. Somente estas, um “grupo de elite”, seriam “competentes”. Eram três as professoras admitidas no

educandário religioso. Uma visão preconceituosa à competência feminina, intencional ou não. A vigilância sobre o ensino também era recorrente. A Igreja Católica se ocupava de organizar o conteúdo religioso ministrado nas escolas. Assim, condicionava a formação das crianças, favorecendo-lhes a instrução formal e uma formação espiritual dentro dos princípios do catolicismo. Horta analisa que a prática da vigilância religiosa era comum.

A elaboração dos programas de ensino religioso e a escolha dos manuais seriam de responsabilidade das autoridades religiosas. A elas caberia também designar os professores e vigiá-los, no que se referisse à doutrina e à moral. Para que o ensino religioso fosse ministrado em um estabelecimento oficial, era necessário que pelo menos 20 alunos se dispusessem a recebê-lo. Essa exigência tornava muito difícil o ensino de um credo diferente do credo católico, dado o predomínio dos católicos na população do país. Assim, na prática, ensino religioso equivalia a ensino da religião católica (Horta, 2012, p. 88).

Essa informação é bem presente na época. Aplica-se a partir do governo provisório (1930-1934). Tão logo assumiu o Ministério da Educação e Saúde, Francisco Campos, adotou medidas por decreto introduzindo o ensino religioso no ensino primário, secundário e normal, valendo para todas as escolas do país. Portanto, em plena vigência na época desta abordagem. Só seria dispensado o ensino religioso para as crianças cujos pais oficializassem pedido no ato da matrícula. Isso não caberia às escolas de credo católico, pois os alunos, automaticamente, estavam condicionados à grade curricular da escola.

Na linha do tempo surge, em 1943, como uma idealização de Dom Amando Bahlmann e concretizada pelo seu sucessor, Dom Anselmo Pietrulla, o **Ginásio Dom Amando**. Inaugurado em 14 de março, foi aberto no dia seguinte, sob a direção do próprio bispo, acolhendo nas primeiras décadas apenas homens – orfanato e escola externa.

Ao assumir a Prelazia, Dom Anselmo Pietrulla – o terceiro bispo, ainda na condição de monsenhor, uma titulação anterior a de bispo, pois este fora nomeado para a Prelazia de Santarém, vacante com a morte de Dom Amando (1939), antes de ser ordenado bispo, tendo recebido a sagração episcopal posteriormente – via a necessidade de abrir um espaço para a instrução de homens, já que havia uma escola que abrigava apenas mulheres, o Colégio Santa Clara. Ainda no governo episcopal de Dom Amando Bahlmann foi esboçado o projeto de um orfanato masculino. Dom Anselmo, seu sucessor, abraçou a causa. A Prelazia havia construído um grande e único hospital local, na parte elevada da cidade, mas a partir da década de 1940, com a construção e funcionamento do hospital do Sesp (Serviço Especial de Saúde Pública), a igreja local achou por bem desativar o hospital São José para transformá-lo em um orfanato e educandário. Daí o projeto ganhou forma com Dom Anselmo Pietrulla. O próprio Dom Anselmo, para homenagear seu antecessor deu ao ginásio o nome de **Dom Amando**.

O tempo estava conturbado no contexto político internacional, com a Segunda Guerra Mundial em andamento, e, no Brasil, a política estadonovista também efervescia, sobretudo

no embate ideológico anticomunista. O processo da instalação do novo colégio estava a passos largos. Vislumbrava-se mais um educandário para formar gerações que aprendessem os valores pátrios na instrução escolar, uma formação ideológica anticomunista, conforme as orientações nacionais. Em novembro desse ano o estatuto do novo educandário foi concluído e estabelecia o funcionamento com o curso ginásial e primário, tendo por fim “[...] preparar individualidades condutoras, esclarecidas de sua alta missão social, dentro da sociedade e da Nação” (Estatutos [...], 1942, p. 2).

O estatuto definia os valores de manutenção do aluno: anuidade paga em quatro parcelas e a matrícula, que estava condicionada ao credo religioso. Necessariamente deveria ser católico ou predispor-se a sê-lo. Era exigência no ato da matrícula: “[...] atestado médico de não sofrer moléstia contagiosa [...]”, a certidão de nascimento e “[...] certidão do batismo” (Estatutos [...], 1942, p. 2). Ora, a certidão de batismo é expedida pela Igreja Católica. Logo, candidato que não apresentasse sua certidão de batismo provavelmente não era católico, ou era de família católica sem ainda ter recebido o batismo sacramental.

O estatuto não deixa claro sobre o funcionamento do orfanato. Trata apenas de “internato” e cobra valores superiores ao sistema de externato. A anuidade dos alunos externos era de Cr\$ 180,00, para o primário; Cr\$ 600,00, para o ginásial, e matrícula no valor de Cr\$ 20,00. As taxas do internato eram: anuidade de Cr\$ 1440,00, para o primário; Cr\$ 1800,00, para o ginásio, e matrícula de Cr\$ 30,00. A anuidade de 1.440 cruzeiros e de 1.800 cruzeiros para o primário e para o ginásio, respectivamente, já era um valor considerado pesado para a época, pois, com a mudança de moeda dos réis para cruzeiro, o piso salarial de 1943 – já estava em vigor, desde 1940, a definição do salário mínimo pelo governo de Getúlio Vargas – equivalia a 300 cruzeiros, conforme decreto-lei de 1943. Isso projeta um custo de 4,8 salários mínimos da época para cobrir a anuidade do primário, e 6 salários mínimos para a anuidade do ginásio, considerando a tabela para o internato. Desta forma o custo da manutenção de um aluno era elevado, pois, acrescido a isso, cada aluno teria que apresentar também um enxoval completo, com roupas pessoais, de passeio, sapatos de aula e de passeio e material de cama. O orfanato já acolhia alunos carentes nessa época. Havia associações beneficentes que contribuíam para a manutenção destes.

Hugo Mendonça, juiz de direito da Comarca de Altamira, ex-mariano em Santarém, escreveu sobre a perspectiva do educandário. Sob o título “O Ginásio de Santarém”, afirmou, na edição de janeiro de 1943, que “Nos dias crepitantes que correm [...]” é importante “[...] instruir o espírito dos moços [...]”, uma tarefa que, prioritariamente é dos pais e do Estado, mas que pode ser suprimida pela “[...] patriótica iniciativa particular” (Mendonça, 1943, p. 1). Não houve registro no jornal de defesa da escola pública pelo juiz.

Nos anúncios de abertura de matrícula o colégio deixava claro seus objetivos e o caráter doutrinal da instrução ministrada. Na informação de janeiro de 1951, confirmava-se o propósito de oferecer educação primária e ginásial, “[...] de conformidade com as normas ministeriais e a orientação católica” (Löewenau, 1951, p. 4). Desta forma, o candidato

interessante deveria ter o perfil da escola e sua proposta de uma instrução com princípios católicos.

A catequese tinha seu lugar cativo na educação, reafirmado por suas escolas, e ganhava espaço com o ensino religioso nas demais escolas da época. No entanto, na década de 1940, um segmento religioso protestante viria a bater de frente não apenas contra os princípios católicos, mas também pela educação. A Igreja Batista se instalou nesta cidade e, em 15 de outubro de 1948, inaugurou o **Instituto Batista de Santarém**, vindo a funcionar a partir de 1º de março de 1949.

A Igreja Batista instalou-se paralela à Catedral de Nossa Senhora da Conceição. A frente do templo católico ficou voltada para o rio e a frente do templo protestante voltou-se para o leito da Avenida Rui Barbosa, a terceira e grande artéria após a matriz católica. Portanto, sua frente se projeta para a direção adentrando à cidade. Não fosse um quarteirão que as separam, as duas igrejas ficariam uma de fundos para outra. A escola dos batistas não ficou na área da igreja. Foi instalada em outra rua, em prédio alugado, no centro da cidade.

A direção do **Instituto Batista de Santarém** coube à professora Onésima Pereira de Barros, uma das referências no campo pedagógico santareno, acumulando, àquela ocasião, 13 anos de magistério, irmã do pastor dessa Igreja, Sóstenes Pereira de Barros. Não demorou muito para que o educandário ganhasse prédio próprio. Instalou-se, em 1952, na Avenida Mendonça Furtado, grande artéria da cidade, por empenho da Missão Batista Equatorial, local onde permanece até os tempos hodiernos, mudando o modelo de gestão, a partir de 2001, assumindo uma cooperativa como mantenedora, envolvendo os próprios professores. A diferença entre esse educandário protestante e as escolas católicas não se restringe ao alinhamento religioso, mas também pelo fato de a escola não atuar com grupos segmentados de gêneros. A escola abriu espaço para estudantes masculinos e femininos.



Fotografia 2 - Sóstenes Pereira de Barros e sua irmã Onésima (sentada ao centro) deram grande contribuição à educação em Santarém. Sóstenes (de óculos, terno escuro, ao lado de sua esposa Dalva), pastor batista, protagonizou um debate com um padre franciscano em Santarém e provocou protestos dos marianos. A professora Onésima Barros, a primeira diretora do Instituto Batista, hoje dá nome a uma escola estadual.

Fonte: Sóstenes Pereira de Barros (2020).

Convém abrir parênteses neste tópico para explicar que a presença protestante em Santarém não ocorre somente a partir da década de 1940. Há registros de João Santos apontados no artigo “Origens do protestantismo em Santarém, publicado no *Jornal de Santarém* em 23.01.1986”, reproduzido na revista comemorativa da Assembleia de Deus em Santarém (Assembleia de Deus, 1994, p. 16-22), que protestantes chegaram a Santarém em 1866, em uma leva formada por famílias imigrantes norte-americanas, vindos do sul dos Estados Unidos, em consequência da guerra da Secessão. Nesse grupo estava o pastor metodista Richard Henington. O pastor, liderando um grupo, obteve a autorização do governo imperial, em 1872, para realizar seus cultos. Os norte-americanos estabeleceram uma colônia nos limites da cidade. O pastor Richard Henington não agiu com proselitismo e essa lassidão permitiu que famílias americanas protestantes se convertessem ao catolicismo. A Igreja Batista se estruturou em Santarém a partir de 1904, com o missionário Emílio Bento Alves e apoio de outro missionário, J. E. Hamilton. A Batista de Santarém foi a primeira igreja protestante a se organizar em Santarém e a segunda do Pará.

Duas décadas depois outro segmento protestante da linha pentecostal se instalaria em Santarém: a Assembleia de Deus. A presença dessa Igreja foi através de Miguel Brás de Oliveira, em 1922, quando se estabeleceu na colônia Mojuí dos Caboclos, na região de Mojuí dos Campos, hoje município. Mas se organiza com o pastor João Pereira de Queiroz, um migrante nordestino que morava em Óbidos, fixando residência em Santarém em 1928. A Assembleia de Deus teve sua fundação a partir do Pará, e, de Belém, ganhou ramificações (Assembleia de Deus, 1994, p. 16-23; Entzminger, 2019, p. 9).

GUERRA SANTA EM NOME DA EDUCAÇÃO

A presença protestante não era vista com olhar benfazejo e a consequência foi uma relação nada harmoniosa entre católicos e protestantes. *O Mariano* registra alguns episódios de embate religioso entre esses dois grupos. A notícia da abertura de uma escola batista causou *frisson* no meio católico. Incontinenti, os marianos publicaram na edição de 29 de fevereiro de 1948 um texto advertindo os pais para que não matriculassem seus filhos no educandário protestante. O texto de *O Mariano* não é assinado, mas como um órgão católico, torna-se porta-voz desta, se não oficialmente, mas oficiosamente. Eis o texto:

Acabem [acabam] os protestantes de fundar em nossa cidade o “Instituto Batista”. Já ha muito tempo se falava que iam fundar uma escola. Muito bem. Desde que querem educar seus filhos na religião deles, está muito bem, porque ninguém vai fazer-lhes objeções ou dificuldades. Nos folhetos de propaganda, porem, convidam a todos para mandarem seus filhos ao tal Colegio ou Instituto, dizendo que visam unicamente colaborar na instrução da mocidade e que não se trata nem de religião, nem de politica ou filosofia. Ahi temos de fazer a seguinte observação:

- 1) Ou eles realmente não falam em Religião. Qual será o resultado? Os filhos crescem sem instrução religiosa tornando-se praticamente ateus.
- 2) Ou admitem um sacerdote para ensinar a doutrina catolica aos alunos catolicos – Isto seria um **verdadeiro milagre** e nada deixa supor que seja a intenção deles.
- 3) Ou finalmente eles explicam a “Bíblia”, naturalmente a maneira deles, infiltrando desta maneira a crença deles (Atenção!, 1948, p. 4).

Arelava-se a instrução à religião, e religião era, na concepção católica, a Igreja de Roma, a única e competente para tratar de religião nas escolas, em período em que se buscava aplicar a garantia da laicidade do Estado na Constituição Federal promulgada em 1946. Ventilava-se a possibilidade de ter padre para ensinar catecismo dentro da escola protestante para os possíveis alunos católicos que, porventura, viessem a procurar o educandário, como forma de garantir a não perda de sua fé no catolicismo. Mais grave seria a quem não seguisse as prescrições eclesiásticas. Poderia manter os filhos em qualquer outra escola, fosse essa católica, particular ou pública, menos em um educandário protestante, pois poderia incorrer em “gravíssimo pecado”, com possibilidade de suspensão do acesso aos sacramentos ou até de excomunhão, o extremo da sentença:

TODOS os CATOLICOS QUE MANDAM SEUS FILHOS ao INSTITUTO BATISTA, COMETEM GRAVISSIMO PECADO, NÃO PODEM MAIS RECEBER os SACRAMENTOS ANTES DE RETIRAR SEUS FILHOS DO TAL INSTITUTO. Estão ainda sujeitos a pena da **excomunhão**, isto é da expulsão da Igreja, porque traidores não se podem mais considerar, filhos da Igreja. Iguamente torna-se culpado quem coopera de qualquer maneira material ou moral para [o] desenvolvimento ou sustento de tal instituto (Atenção!, 1948, p. 4).

Em 1949, a advertência aos católicos partiu do próprio bispo quanto às restrições de matrícula de filhos de católicos no **Instituto Batista de Santarém**. A edição de 27 de fevereiro desse ano publicou a Carta Circular nº 17, de Dom Anselmo:

Decorre desta verdade lapidar [formação moral e religiosa] o rigoroso dever de os pais de família enviarem seus filhos a estabelecimentos em que lhes está garantido o ensino religioso, com as respectivas praticas de piedade, como oração e canto religioso. Pecam porisso **gravemente** os pais que entregam seus filhos a professoras que, pertencendo a outras crenças, **negam** em suas escolas o ensino da Igreja Católica, e tornam-se, para falar num caso particular, cúmplices dos que propagam doutrinas contrarias à católica, quando mandam as crianças sob sua responsabilidade ao **Instituto Batista**. Conforme o Direito Eclesiastico, Canon 2.319 § 4, estes pais ou responsaveis incorrem na **excomunhão, reservada ao Bispo**, não podendo portanto receber os S. Sacramentos, são proibidos de servir como padrinhos e, falecidos neste pecado, são privados do enterro eclesiástico, assim como não podem ser celebradas missas de defunto por eles (Circular n. 17, 1949, p. 3, grifo do autor).

Mais uma vez fica claro o peso excessivo aos católicos quanto ao direcionamento de uma educação dogmatizada, não permitindo que filhos de católicos estudassem em uma escola protestante. A hierarquia católica demonstra-se intransigente no cumprimento da orientação, afirmando que “[...] nada justifica a presença de uma criança católica numa escola protestante” (Circular n. 17, 1949, p. 3). Os pais “desobedientes” incorriam no risco de serem excomungados e, conseqüentemente, não poderiam receber ou participar dos sacramentos ou mesmo servir de padrinhos. Mesmo o sepultamento de pessoas nessas condições seria um ato de exclusão social, sem “enterro eclesiástico”, ou seja, sem as exéquias rituais católicas, e sem celebração de “corpo presente” ou por sua alma.

Novamente, a orientação católica é reforçada por Dom Floriano Löewenau, advertência já manifestada pelo seu antecessor. Era início de ano de 1951, momento propício para lembrar aos pais de uma escolha “acertada” de escola para os filhos, partindo do “[...] grave dever que lhes pesa referente à educação e instrução religiosa de seus filhos” (Löewenau, 1951, p. 4).

Não resta dúvida que os pais católicos só podem matricular seus filhos em escolas onde o ensino religioso administrado é orientado pela religião católica. Nada justifica a presença de uma criança católica numa escola

protestante, nem mesmo prováveis vantagens materiais que as seitas protestantes talvez ofereçam afim de iludir os pais (Löewenau, 1951, p. 4).

E retoma as palavras de seu antecessor, com orientação determinante da proibição de matrícula no Instituto Batista ou em qualquer outra escola protestante. Nessa linha de advertências aos pais católicos foram constantes as publicações em *O Mariano*. Em janeiro de 1952, Dom Floriano ratificou as palavras de seu antecessor: filho de católico não poderia estudar em escola protestante, “[...] nem mesmo [por] vantagens materiais [...]” ofertadas pela “[...] seita protestante [...]” (Aviso [...], 1952, p. 4). A doutrina católica iniciava no templo, tinha sua extensão no seio familiar e se prolongava na escola, um espaço aberto no Estado Novo, depois da separação Estado-Igreja, no início do período republicano. Não é por menos que o protestantismo surgia como uma ameaça ao dogmatismo católico.

ESCOLA TÉCNICA: TRABALHO DE DIA E ESTUDO À NOITE

A **Escola Técnica de Comércio do Baixo Amazonas Dr. Rodrigues dos Santos** – foi um novo capítulo que se abriu na história da educação em Santarém. Efetivou-se como uma iniciativa da Associação Comercial do Baixo Amazonas e criada por lei estadual de 1947, sancionada pelo governador Luís Geolás de Moura Carvalho, a partir de um projeto do deputado Sylvio Augusto de Bastos Meira. Foi instalada em 16 de março de 1948 e mantida pela Associação Comercial do Baixo Amazonas, a principal interessada na iniciativa. Um ano antes, em 25 de agosto de 1947, a Associação Comercial entregou um documento ao vice-governador Antônio Teixeira Gueiros⁷, constando de uma série de pontos sugestivos às ações governamentais com vistas ao desenvolvimento da região. O documento foi publicado na edição de 13 de setembro de 1947, do *Jornal de Santarém*. Aponta uma série de propostas nas mais variadas áreas de comércio e produção e infraestrutura de estradas da região, inclusive da melhoria da “rampa” da serra do Piquiatuba – serra íngreme que dá acesso à cidade pela atual BR-163, em cujo topo se localiza o quartel do exército – e estudo e construção do porto de Santarém. Na proposta para o Plano de Desenvolvimento Regional, no 5º ponto⁸, o documento apresenta uma reivindicação na área da educação, defendendo a criação de uma escola ou de um instituto técnico profissionalizante.

5º - Ligado ao Plano, a indispensável criação de uma Escola ou Instituto técnico-profissional (artes e ofícios), do Baixo Amazonas, com sede em Santarém, com a finalidade de preparar mecânicos, carpinteiros, marceneiros, pedreiros, sapateiros, alfaiates, oleiros e mais profissionais de outras arte e ofícios, prendendo-os ao seu próprio habitat, sem precisarem recorrer a outros centros para se habilitarem e possibilitando fácil mão de obra tão necessária à vida normal e ao desenvolvimento e progresso das cidades desta região, dependentes, todas elas, nesse assunto, até agora, de profissionais vindos de outras partes (Canto, 2019, p. 37) .

É perceptível que a preocupação não era com a instrução formal, não era contribuir para baixar o alto nível de analfabetismo apontado nas estatísticas ou a baixa escolaridade

da época, mas oferecer possibilidade de instrução associada à preparação para o mercado de trabalho como profissionais liberais. Posteriormente, com o estado assumindo a gestão da escola, o Colégio Rodrigues dos Santos tomou um dimensionamento de um educandário de ensino formal, portanto não mais com o caráter técnico.

Numa análise histórica, com incursão ao século anterior, tendo por referência os escritos de Engels (Lombardi, 2010, p. 284), entende-se a proposta da escola técnica voltada para atender operários, sobretudo com a informação de curso ofertado no turno da noite: preparar a mão de obra. A burguesia usava essa preocupação como argumento no século XIX, quando do crescimento das fábricas, com o aproveitamento de crianças como operárias. Para Engels, o ato de empregar crianças no mercado de trabalho como pequenos operários estava atrelado à ideia burguesa: crescia a indústria e se desenvolvia a criança.

Essa referência do operariado infantil é resgatada por José Claudinei Lombardi, para quem “A análise de Engels evidencia que o discurso ideológico da burguesia, tratando o trabalho infantil como expressão de sua própria filantropia, não passava de acobertamento da exploração do trabalho infantil em seu próprio benefício” (Lombardi, 2010, p. 284). É evidente que a Escola Técnica de Comércio não pretendia formar crianças para fábricas nos moldes do século XIX, mas o fulcro desse modelo instrucional estadonovista tinha o olhar para o futuro dessa geração na empregabilidade. As consequências sofridas pelos operários que ingressaram nas fábricas cedo eram de uma vida não saudável e curta.

Para proporcionar a formação de operários santarenos, surge a possibilidade de estudos noturnos. Uma pequena nota publicada em *O Mariano*, na edição de 25 de abril de 1948, aparentemente irrelevante, constava informação da instrução operária. No final da nota “Insignificante”, vinha a informação do funcionamento noturno da escola comercial de Santarém e que ali boa parte dos marianos estudava: “Sendo uma grande parte dos Marianos obrigados a frequentar as aulas noturnas da escola comercial, estes estão desculpados de frequentar as reuniões semanais, porem os outros precisam assistir com mais vontade” (Secção [...], 1948, p. 3).

Comumente eram pessoas simples, operários, artífices, como os marceneiros, que buscavam espaço no mercado de trabalho ou aperfeiçoar suas habilidades, e, por isso, a escola que abrira recentemente, era uma oportunidade nessa dimensão. Por outro lado, isso exigia deles um esforço dobrado pelo fato de terem trabalho pesado de dia e estudo à noite.

CORPO E SEXUALIDADE NA INSTRUÇÃO ESCOLAR

A educação física aparece como um tema novo na década de 1930, mas era uma disciplina presente nas escolas militares desde a década anterior alimentando a ideologia do “cidadão-soldado”, tendo por fim uma educação com orientação de higiene e formação corporal. Na década de 1920, as escolas secundaristas ainda não contemplavam em seus programas essa disciplina. Com a Reforma Francisco Campos tornaram-se obrigatórios os

exercícios de educação física para todas as séries do ensino secundário. E deveriam ser diários, com duração de 30 a 45 minutos, com recomendação de que se seguissem as normas estabelecidas nessas atividades do Centro de educação Física do Exército, criado em 1922, no Rio de Janeiro. Via-se, assim, que os militares intervinham no currículo escolar, em que as escolas deveriam seguir a linha de práticas adotadas pelo militarismo na educação física.

O tema “educação física”, instituído em 1931 como disciplina curricular, ganhou destaque no jornal católico santareno. Cléo Bernardo de Macambira Braga, filho de Santarém, ainda um jovem estudante, que futuramente chegaria ao cenário político estadual como deputado pelo PSB (Partido Socialista Brasileiro), de linha de esquerda, discorreu o tema em uma sequência de artigos em *O Mariano*. É o primeiro artigo que escreveu no jornal e destinou aos jovens para a “fortaleza do corpo”. Usou linguagem fácil, com comparações de elementos regionais. Seu primeiro texto inicia afirmando que: “[...] para dizer algo sobre a Educação Física, é preciso primeiramente que se conheça no seu sentido geral, a Educação; como o caboclo da Amazonia distingue ao longe os rumores tristes da pororoca” (Braga, 1937, p. 5). É um texto bem didático defendendo a prática de educação física no cotidiano como fator de boa saúde.

A educação sexual também era apontada pela Igreja como uma preocupação, pois via com reservas o papel da escola nessa orientação, indicando, no máximo, o professor de religião. A imprensa católica local apontava as dicas: “Procura um pai espiritual. Nunca discutas coisas sexuais, mormente com teus companheiros. Se um cego conduz um cego, ambos acabam caindo no fosso” (Um pai [...], 1941, p. 3). Não era recomendado recorrer a livros em busca de conhecimentos e orientações sobre o corpo e a sexualidade. “Não procures solução às tuas dúvidas nos teus dicionários e nos pretensos livros de medicina” (Um pai [...], 1941, p. 3). A orientação deve ser dada por “[...] teu pai, tua mãe ou teu professor de religião [...]”; e recomenda, por fim, o sacerdote para dar as orientações necessárias (Um pai [...], 1941, p. 3).

Era, destarte, uma forma de controlar qualquer possibilidade de uma discussão mais aberta. O contexto da época aponta um conservadorismo quanto ao tema. Isso é natural pelos costumes e tradições familiares da época que viam o tema com tabu. Mas o fato de a Igreja apontar que a orientação sexual caberia a “um pai espiritual” desautoriza a escola a desempenhar esse papel. Mais uma vez, a Igreja se alicerça em documentos papais. É Pio XI que trata da educação cristã da juventude e reserva um tópico exclusivo para tratar do tema.

Mormente perigoso é portanto aquele naturalismo que, em nossos tempos, invade o campo da educação em matéria delicadíssima como é a honestidade dos costumes. Assaz difuso é o erro dos que, com pretensões perigosas e más palavras, promovem a pretendida educação sexual, julgando erradamente poderem precaver os jovens contra os perigos da sensualidade, com meios puramente naturais, tais como uma temerária iniciação e instrução preventiva, indistintamente para todos, e até publicamente, e pior ainda, expondo-os por algum tempo às ocasiões para

os acostumar, como dizem, e quase fortalecer-lhes o espírito contra aqueles perigos (Pio XI, 1929, p. 17).

A Igreja punha em dúvida a capacidade de a escola desempenhar a orientação sexual, sob o risco de que as formas naturais pedagógicas poderiam impor riscos a essa forma de educar sexualmente com fins de que o jovem conhecesse o próprio corpo. Isto é, por esse entendimento, condenava-se a compreensão da explicação e orientação pela forma natural, o que corresponderia mostrar, por figuras ou bonecos o corpo humano e as partes genitais para uma aula de orientação para conhecimento do próprio corpo, pondo em dúvida com isso a “instrução preventiva”, que seria como dizer ao jovem sobre os riscos de uma gravidez indesejada. A escola perdia essa orientação para os padres. Na visão da Igreja, as “doutrinas moralistas” da modernidade (Pio X, 1907) incluíam um modelo de educação vista como ameaça aos bons costumes da moral.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O jornal católico *O Mariano*, de Santarém-Pará, veiculado em meados do século passado, trouxe informações curtas, em sua maioria, mas suficientes para aguçar a atenção de uma pesquisa voltada para a percepção da instrução escolar no período. Os seus textos traziam informações que demonstravam o quanto o dogmatismo católico influenciava a sociedade da época, ditando orientações religiosas nas variadas áreas. Não apontamos aqui outras situações para não fugir da discussão em tela, mas o jornal noticiava, por exemplo, regras de conduta entre casais no trânsito ou no namoro nas ruas, assim como procedimentos e vestuário nas praias, orientações sob a égide da moral católica.

Por outro lado, a pesquisa apontou para os rigores na instrução escolar concomitante com o ensino religioso, contando com o beneplácito do Estado e o empenho de forças políticas e de personalidades jurídicas em favor das escolas católicas. Não houve, na mesma medida, empreitadas voltadas para o ensino público, a ponto de iniciativas particulares, embora concentrando esforços de seus empreendedores, com apoio de professores – como o exemplo da Escola Barão de Santarém, que atingiram o ponto de abrir mão de seus salários para que o educandário não fechasse. As maiores e melhores escolas eram as empreendidas pela igreja local: Colégio Santa Clara (desde o começo do século XX, para meninas), Colégio São Francisco (para crianças pobres) e o Ginásio Dom Amando (para meninos).

A política estadonovista implementada pelo governo Getúlio Vargas embalou a proposta católica do ensino religioso nas escolas – e não apenas nas católicas. O jornal católico mostrava sua tendência de alinhamento ideológico e governista, combatendo o “inimigo número um”, o comunismo, tema tratado em constantes artigos e notas. Em contrapartida, ganhava o apoio e o respaldo de autoridades políticas.

A força do catolicismo se impunha nas demais escolas, e a Igreja local afirmaria nos textos do jornal que a culpa pelo fracasso do ensino seria a falta de uma catequese, fruto de

uma ação conjunta da Igreja, família e escola. O que viesse a contrapor-se a essa proposta era rechaçada, como a ameaça que surge à educação católica, com a implantação do Instituto Batista de Santarém, o colégio da Igreja Batista, em 1948. Como pressão, os pais eram ameaçados de excomunhão caso matriculassem seus filhos na escola protestante.

Mas, convém ressaltar, os marianos e os ginásianos do Ginásio Dom Amando, tomaram medidas salutareas no combate ao analfabetismo ao criar escolas na periferia. Um ensino gratuito e misto foi ofertado no bairro da Aldeia, em 1942, local que nos primórdios da história da cidade foi ambiente de concentração indígena. Foi aberta a possibilidade de que filhos de famílias carentes pudessem estudar sem distinção de homens e mulheres. Em 1952, os ginásianos do Dom Amando compartilharam seus ensinamentos de sala de aula em cursos que abriram para adultos. Criaram quatro escolas de alfabetização, um processo histórico de alfabetização de adultos em Santarém. Em 1956, surgiu a informação da abertura de uma escola noturna para alfabetização de rapazes e moças. A escola funcionaria num dos salões da catedral de Nossa Sra. da Conceição, uma escola, portanto, mista.

Iniciativa louvável, mas trazia à baila a lacuna deixada pelo Estado. Não investia na educação e o quadro se agravava. O governo Vargas lançou o desafio de erradicar ou minimizar a escalada do analfabetismo no Brasil, com o Estado Novo lançando campanha nacional, mas a realidade mostrava o distanciamento entre o público e o privado. O governo reconhecia o desafiador índice de analfabetismo, mas, na prática, as medidas eram tímidas.

REFERÊNCIAS

ASSEMBLEIA DE DEUS. **História da Assembleia de Deus Santarém-Pará**. Revista. Santarém: Gráfica e Editora Tiagão, 1994.

ATENÇÃO! Atenção! **O Mariano**, Santarém, n. 152, 29 fev. 1948. p. 4.

AULA de corte. **O Mariano**, Santarém, n. 240, 15 mar. 1953. p. 4.

AVISO aos pais católicos de Santarém. **O Mariano**, Santarém, n. 212, 27 jan. 1952. p. 4.

BARROS, S. P. **Fotografia**. Acervo de Família. Disponível em: <https://www.facebook.com/sostenespereiradebarros/photos/a.405409869575969/423341847782771>. Acesso em: 29 set. 2020.

BRAGA, C. B. M. Educação Phisica. **O Mariano**, Santarém, n. 19, 31 jan. 1937. p. 5.

CANTO, S. A. **Santarém**: história e curiosidades. Santarém: edição do autor, 2019. v 4.

CIRCULAR n. 17. **O Mariano**, Santarém, n. 164, 27 fev. 1949. p. 3.

COLEGIO S. FRANCISCO. **O Mariano**, Santarém, n. 154, 25 abr. 1948. p. 3.

COLLEGIO “BARÃO DO RIO BRANCO”. **O Mariano**. Santarém, n. 29, 28 nov. 1937. p. 4.

COUTO, R. J. C. **Os Franciscanos Alemães no Baixo Amazonas** (1907 - 1962): o protagonismo político educacional de Dom Amando Bahlmann. 2019. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Oeste do Pará, Santarém, 2019.

DOLORES, A. Campanha da solidariedade. **O Mariano**, Santarém, n. 144, 30 jun. 1947. p. 3.

DOLORES, A. Carta aberta. **O Mariano**, Santarém, n. 175, 29 jan. 1950. p. 3.

ENTZMINGER, W. E. **O Jornal Batista**. Órgão Oficial da Convenção Batista Brasileira. Publicação do Conselho Geral da CBB. Ano CXVIII, Edição 06, 10 fev. 2019. Versão em PDF. 16 p. Disponível em:

<http://www.msinfope.com.br/cbb/sig/modulos/jornal/informacoes/uploads/pdfJornal/32589468604022019135344.pdf>. Acesso em: 29 set. 2020.

ESCOLA NORMAL DE SANTARÉM. **O Mariano**, Santarém, n. 44, 26 fev. 1939. p. 2.

ESCOLA PAROQUIAL “SÃO SEBASTIÃO” DE TERRA SANTA. **O Mariano**, Santarém, n. 210, 23 dez. 1951. p. 2.

ESTATUTOS do Ginásio D. Amando em Santarém. **O Mariano**, Santarém, n. 89, 29 nov. 1942. p. 2.

FONSECA, W. D. da. **A educação em Santarém**: breve notícia histórica. Santarém, PA: UFPA, 1995.

FONSECA, W. **Meu baú mocorongo**. Belém: Secult: Seduc, 2006. v 1, v 2.

GRUPO escolar “FR. Ambrósio”. **O Mariano**, Santarém, n. 194, 29 abr. 1951a. p. 4.

GRUPO escolar “FR. Ambrosio”. **O Mariano**, Santarém, n. 195, 13 mai. 1951b. p. 2.

HORTA, J. S. B. **O hino, o sermão e a ordem do dia**: regime autoritário e a educação no Brasil (1930-1945). 2. ed. rev. Campinas: Autores Associados, 2012.

LIVRO do centenário. Diocese de Santarém. Santarém: Gráfica Tiagão, 2003.

LÖEWENAU, F. Aviso aos pais católicos de Santarém. **O Mariano**, Santarém, n. 188, 28 jan. 1951. p. 4.

LOMBARDI, J. C. Trabalho e educação infantil em Marx e Engels. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n. 39, p. 136-152, set. 2010. Disponível em:

<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8639722/7289>. Acesso em: 12 nov. 2020.

MENDONÇA, H. Ginásio de Santarém. **O Mariano**, Santarém, n. 91, 31 jan. 1943. p. 1.

O EDUCANDARIO São José de Obidos. **O Mariano**, Santarém, n. 239, 8 mar. 1953. p. 4.

PARÁ. Governo do Estado. Decreto n. 929, de 10 dez 1951. **O Mariano**, Santarém, n. 211, 1952. p. 4.

PIO X (Papa). **Pascendi dominici gregis**. Sobre as doutrinas modernistas. Edição digital, Vaticano, 1907. Disponível em: https://www.vatican.va/content/pius-x/pt/encyclicals/documents/hf_p-x_enc_19070908_pascendi-dominici-gregis.html. Acesso em: 08 maio 2021.

PIO XI (Papa). **Divini illius magistri**. Acerca da educação cristã da juventude. Edição digital, Vaticano, 1929. Disponível em: https://www.vatican.va/content/pius-xi/pt/encyclicals/documents/hf_p-xi_enc_31121929_divini-illius-magistri.html. Acesso em: 08 maio 2021.

SECCÃO das congregações: Santarém. **O Mariano**, Santarém, n. 154, 25 abr. 1948. p. 3.

SOUSA, O. Q. Escola São José, Óbidos, década 1940. **Fotografia**. Acervo do Colégio Santa Clara. Reprod. dig.

UM PAI e um amigo. **O Mariano**, Santarém, n. 75, 28 set. 1941. p. 3.

AUTORIA:

* Mestrado em Educação pela Universidade Federal do Oeste do Pará. Professor de Língua Portuguesa e Literatura pela Secretaria Executiva de Educação do Pará. Contato:ormanosousa@gmail.com

** Doutorado em Educação pela Universidade Estadual de Campinas. Professor Titular da Universidade Federal do Oeste do Pará. Contato:anselmo.colares@gmail.com

COMO CITAR ABNT:

SOUSA, O. Q. de; COLARES, A. A. A instrução pública nas páginas do jornal católico O Mariano (1935-1956): contextualizando as propostas educacionais. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, SP, v. 23, p. 1-25, 2023. DOI: 10.20396/rho.v23i00.8668349. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8668349>. Acesso em: 18 set. 2023.

Notas

¹ Integra a dissertação de mestrado “A instrução em Santarém de 1935 a 1956: concepções veiculadas no jornal católico O Mariano”, defendida no Programa de Pós-graduação em Educação, da Universidade Federal do Oeste do Pará (Ufopa), pelo autor deste artigo, sob a orientação do Prof. Dr. Anselmo Alencar Colares.

² Convém ressaltar que na época do recorte temporal desta pesquisa, a BR-163 não existia. Como rodovia federal foi inaugurada em 1970, no governo militar do general Emilio Garrastazu Médici com a abertura da estrada no projeto de assentamento na Transamazônica de famílias migrantes do

sul. Até então era uma estrada de chão batido que dava acesso às comunidades, colônias agrícolas, mais distantes localizadas no planalto santareno.

³ Os dados não são precisos, mas são tomados como um quantitativo referencial em média, pois o censo mais próximo é de 1872, realizado pelo Império, com registros do Pará no Recenseamento no Brasil em 1872, em seu volume 5, conforme o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A partir desse ano foi estabelecido o censo decenal. Estes números são apresentados por Wilson Fonseca no *Meu baú mocorongo*, Vol. 1, no capítulo sobre a Educação em Santarém, mas não apresenta fonte de referência.

⁴ Miguel Antônio Pinto Guimarães (1808-1882), um fazendeiro de grandes posses e numerosos escravos na região e político influente à época, exerceu cargos políticos em Santarém e na província do Grão-Pará, sendo governador da província. Foi membro da guarda legalista contra os cabanos e ajudou a criar estratégias para combater grupos orientados pelo cônego Batista Campos, da Cabanagem. Foi filiado ao Partido Conservador.

⁵ Os franciscanos deixariam outras marcas no campo educacional além de Santarém. Construíram a escola São José, em Óbidos. Fundaram em Terra Santa, então jurisdicionada a Faro, nos limites do Pará com o Amazonas, a Escola Paroquial São Sebastião, de onde vinha a informação, em 1951, da formação de 140 alunos matriculados naquele ano na escola (Escola Paroquial “São Sebastião” de Terra Santa, 1951, p. 2).

⁶ A expressão “leigas” aqui empregada não se relaciona ao significado de quem não tem o domínio do saber, não conhece determinada área do conhecimento, não tem formação, amador, ou não especializado. A expressão é usada no sentido religioso, aos não clérigos ou não membros de uma ordem religiosa, portanto, não são padres ou religiosos de uma congregação. Aos marianos aplica-se o termo leigos, pois, embora ligados a uma organização religiosa, esta é formada de pessoas de vida em família; trabalham para se manter e manter os seus familiares e vivenciam sua fé coletivamente em ações da igreja, em reuniões rotineiras e nas celebrações e cultos. Leigos, portanto, aqui definidos, são todos aqueles que vivem em família e engajam-se na igreja.

⁷ Antonio Teixeira Gueiros era de família de sangue político. Pernambucano, formou-se em Direito e em Filosofia e Teologia. Era presbiteriano. Veio para o Pará, tornou-se promotor público e enveredou para a política. Foi deputado estadual e federal. Tornou-se vice-governador. Seu filho Hélio da Mota Teixeira Gueiros também fez carreira política: deputado estadual e federal, senador e governador. Seu neto, Hélio Gueiros, seguiu a mesma linha política. Foi prefeito de Belém, senador e governador. Este casou-se com uma santarena, Teresinha Gueiros.

⁸ Esta referência numérica está repetida na publicação do jornal. Isto é, repete-se o nº 5, mas o teor é diferente, dando sequência normal ao texto. De acordo com Sidney Augusto Canto (2019), pesquisador que publicou esse documento, assim consta na edição do Jornal de Santarém. É possível que tenha sido apenas um erro ocasionado por falta de revisão.